

PENSAMENTO DO MARECHAL CASTELLO BRANCO

Por Luiz Eduardo Rocha Paiva*



Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (Foto: autor não identificado).

“Acreditam os senhores que o Exército tenha dentro de suas fileiras um conflito ideológico? Já se pode dizer que a luta entre duas ideologias que, de fato, lavra em setores da nossa nação, tenha se prolongado no Exército? Pessoalmente, eu não acredito.”

Castello Branco (1897-1967): Nacionalismo, Forças Armadas e Democracia

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco)

Transcrição: General Reformado Luiz Eduardo Rocha Paiva

Segue o pensamento do insigne chefe militar, cidadão e ex-Presidente da República sobre nacionalismo e Forças Armadas, para meditação de quem tem responsabilidades de liderança nos campos político e social no Brasil.

Em 1962, em seu ensaio *A Guerra* escreveu suas ideias:

“... O nacionalismo é uma posição decisiva para uma nação, sobretudo na época atual. Não pode ser uma panaceia para os seus males, nem uma operação de guerra, e muito menos uma conspiração de sentido internacional. Seus grandes males atuais são principalmente dois nos países subdesenvolvidos: um, o desvinculamento com o meio; [e] outro o de ser, às vezes, um instrumento nacional e internacional do comunismo soviético. É também um grande penacho dos ditadores e candidatos a ditador.

... As divisões que têm lavrado no Exército são mais consequências de lutas político-partidárias do que separações existentes nos meios militares (...). Legalistas e revoltosos, a partir de 1922 e por pouco tempo. Em 1930 surge a alternativa revolucionários e antirrevolucionários, que desaparece pouco a pouco. A partir de 1955, governistas e golpistas, em meio a ódios e ressentimentos mantidos pelos comunistas e pela política partidária fardada e à paisana. Em seguida, esses mesmos elementos lançaram a injúria sobre o Exército de que seus oficiais se dividiam entre nacionalistas e entreguistas, enquanto a oficialidade era fiel à honra do Brasil e à sua independência política e econômica. Agora, renasce a teimosia, com a divisão alardeada em legalistas e golpistas. Politiqueiros e comunistas estão interessados em que tal exista. Isso amofina o Exército.

... Forças Armadas não fazem democracia. Mas garantem-na. Não é possível haver democracia sem Forças Armadas que a garantam. Daí, dizer Forças Armadas democráticas. Como é isto, então? Sim. Entra na sua doutrinação o fim de defender as instituições democráticas (...). Muita gente diz que as Forças Armadas são democráticas quando há militares políticos e que conhecem a máquina de conduzir o Estado. Os generais aprendem isso para melhor situarem-se no cumprimento da destinação das Forças Armadas.

... Qual o militar que não tem ouvido, desde jovem tenente, a frase enunciada por doutores, congressistas, banqueiros, comerciantes, industriais e nunca pelo chamado homem do povo: 'O Exército precisa tomar conta disso?' É permanecer no regime legal ou marchar para a ilegalidade (...). A questão tem interessado muito mais ao meio civil que ao próprio Exército.

Acreditam os senhores que o Exército tenha dentro de suas fileiras um conflito ideológico? Já se pode dizer que a luta entre duas ideologias que, de fato, lavra em setores da nossa nação, tenha se prolongado no Exército? Pessoalmente, eu não acredito. O Exército tem em suas fileiras alguns comunistas, uns atuantes, outros de ação bem dissimulada e vários timidamente embuçados. Tais elementos não constituem, porém, uma parte apreciável de um grande todo, a ser, então, considerado como dividido ideologicamente.

As Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas."

Trecho do artigo de minha autoria: *Imprensa livre e imparcial* (Publicado no Estadão em 22 de dezembro de 2008): "Na história republicana, até 1964, podem ser listadas mais de uma dezena de graves revoltas e crises político-militares [são quase duas]. Foram conflitos onde sempre havia chefes militares, envolvidos na política partidária, que arrastavam consigo parte da tropa numa demonstração de que o país não amadurecera para a democracia. Vários chefes, ainda no serviço ativo, participavam da política partidária não só como candidatos a cargos eletivos. Havendo ou não honestidade de propósitos, ficavam prejudicados: o compromisso, que deveria ser exclusivamente com a Nação e o Estado; e a dedicação, que deveria estar integralmente voltada para a missão constitucional. O regime militar afastou

as Forças Armadas e os militares da ativa da política partidária e, desde então, as crises políticas são resolvidas nos foros apropriados”.

E esse propósito era o desse grande Chefe Militar e Cidadão exemplar – afastar a política dos quartéis.

“Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira.”

Humberto de Alencar Castello Branco

“Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras, todos, civis e soldados, ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime.”

Humberto de Alencar Castello Branco

***Luiz Eduardo Rocha Paiva** é general-de-brigada, aspirante a oficial pela AMAN em 1973 e promovido a general-de-brigada 2003. Entre seus muitos altos estudos, possui doutorado, mestrado e pós-graduação pela ECEME, ESAO e FGV. Estagiou na 101st Air Assault Division, do Exército dos EUA, foi Observador Militar da ONU em El Salvador e fez o Curso de Estado-Maior na Escola Superior de Guerra do Exército Argentino. Comandou o 5º Batalhão de Infantaria Leve (Regimento Itororó), em Lorena/SP, quando cumpriu missão de pacificação em conflito entre o MST e fazendeiros no sul do Pará, em 1998. Foi Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Comandante do Exército, comandou a ECEME e foi Secretário-Geral do Exército. É Professor Emérito da ECEME, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e colaborador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Recebeu diversas condecorações e medalhas nacionais e estrangeiras e publica artigos sobre temas políticos e estratégicos em jornais e revistas nacionais e estrangeiras. É diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres em Brasília.
